CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1517/78
INTERESSADO : ROSI SILVI
ASSUNTO : Regularização de vida escolar
RELATOR : Cons. Geraldo Rapacci Scabello
PARECER CEE Nº 1371 /78 CEPG Aprov. em 08 / 11 /78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - A direção do Centro Estadual Interescolar "Prof. Veiga Filho", em Iguape, através de ofício datado de 14 de dezembro de 1976, solicitou à autoridade superior providências necessárias à regularização da vida escolar da aluna ROSI SILVI, filha de Franco Silvi e de Maria Aparecida Silvi, nascida aos 11 de junho de 1961, em São Paulo.

A irregularidade foi evidenciada em 1976, quando a interessada concluía a 8ª série, época em que foi procedida revisão dos prontuários dos alunos da escola.

Verificou-se que o atestado e o Histórico Escolar expedidos pela GE de Vila Santa Maria, nesta Capital, não registravam as notas obtidas pela aluna na 5ª série.

Providenciou, então o CEI "Prof. Veiga Filho", junto à unidade de origem, nova guia de transferência.

Esse documento atestava a reprovação da interessada na 5ª série, por não ter alcançado média em exame de Matemática realizado em 2ª época.

1.2 - A DE de Miracatu encaminhou o expediente à Divisão Especial de Educação do Vale do Ribeira, observando que os documentos utilizados pela interessada para matrícula na 6ª série, em 1974, apresentavam rasuras.

- 1.3 - A referida Divisão Regional determinou aquela DE fosse procedida diligência para apuração de fatos e responsabilidades.

Através de relatório, informa a DE de Miracatu que a aluna, menor à época do ocorrido, "confessou" ter sido uma colega a autora da adulteração de seus documentos.

- 1.4 - A EDUVALE, verificando a ausência de dados nas Fichas Individuais de avaliação da interessada, relativas aos anos de 1974 e 1975, devolveu, novamente, o processo ao órgão subordinado para inclusão de fichas completas.

- 1.5 - Informou a direção do estabelecimento ter verificado que, após "pesquisas feitas", os critérios de promoção no então Ginásio Industrial Estadual de Iguape obedeciam ao seguinte:

" - 1974 - pesos adotados: 1 - 2 - 3 - 4 - (primeiro, segundo, terceiro e quarto bimestre) respectivamente;

" - 1975: médias de notas, sem atribuição de pesos" (sic).

E mais, que "Inexiste nesta escola documento legal" (sic) que autorizaria a adoção de tais critérios, porquanto, segundo informação do antigo diretor do estabelecimento, atendeu-se a orientação, fornecida pela extinta 7ª IREP. Propõe à autoridade superior que se tomem medidas para esclarecer o assunto.

- 1.6 - A DE de Miracatu, reconhecendo a gravidade do problema, tendo em vista que a irregularidade quanto à adoção de critérios de avaliação atingiu todos os alunos da escola, acolhe a medida proposta.

2. APRECIÇÃO:

- 2.1 - A irregularidade na vida escolar da interessada, no que diz respeito à sua matrícula na 6ª série do 1º grau do CEI "Prof. Veiga Filho", é decorrente de falta da escola que aceitou os documentos de transferência da aluna sem observar que deixavam de constar as notas da 5ª série na respectiva coluna e que o simples registro da palavra "aprovada", fugia à regra de procedimento desse documento.

2.2 - As Fichas Individuais de avaliação da interessada , referentes à 6ª e 7ª séries, trazem impressos os critérios de avaliação estabelecidos nas Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, consubstanciadas no Decreto nº 47.404/66.

Entretanto, as ponderações e cálculos das médias não correspondem ao que consta no impresso o nem tampouco ao disposto na lei.

Consultando-se a legislação escolar específica, verifica-se a Inexistência de outra norma que não a referida no Decreto nº 47.404/66, que pudesse amparar o critério de avaliação adotado pela escola de Iguape.

A adoção de pesos 1, 2, 3 e 4, não só na 6ª série como afirmou a escola, mas também na 7ª série, proporcionou condições de promoção indevida à aluna.

Se aplicamos o dispositivo legal ao caso, a aluna, na 6ª série, deveria ter sido submetida a exame final, em 1ª época, em Matemática, História, Ciências, Desenho, Educação Moral e cívica e Canto Orfônico.

Na 7ª série, em Português, Matemática, Ciências, Inglês, Des. Técnico e Educação Doméstica.

Não resta dúvida de que foi beneficiada e esse benefício deve ter atingido todos os alunos que realizaram estudos no CEI "Prof. Veiga Filho", pelo menos durante os anos de 1974 e 1975.

A irregularidade é grave; faz-se necessário apurar os fatos e as responsabilidades pelo ocorrido, bem como providenciar a regularização da vida escolar dos alunos dessa escola.

2.3 - Diante do exposto nos itens anteriores, verificamos que a vida escolar da interessada há que ser regularizada desde sua matrícula indevida na 6ª série até a conclusão da 7ª série.

Todavia, não pode sofrer as conseqüências do erro cometido pela escola.

Como foi reprovada em Matemática na 5ª série e seu aproveitamento nessa disciplina na 6ª e 7ª séries do 1º grau não foi dos melhores, deverá submeter-se a exame especial na mesma para ter sua vida escolar regularizada.

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, para que ROSI SILVI tenha sua vida escolar regularizada, deverá submeter-se a exame especial de Matemática em nível de 5ª série do 1º grau em escola designada pela DE de Miracatu.

Uma vez aprovada, convalidam-se sua matrícula na 6ª série do 1º grau do CEI "Prof. Veiga Filho", em Iguape, no ano de 1974, bem como os atos escolares que praticou subsequentemente.

À SE compete tomar as providências necessárias para apreciação dos fatos e responsabilidades pelas irregularidades denunciadas no presente Parecer, inclusive adotar medidas para a regularização da vida escolar dos alunos que frequentaram o referido estabelecimento de ensino e que tiveram o seu aproveitamento avaliado por processo irregular.

São Paulo, 18 de outubro de 1978

Cons. Geraldo Rapacci Scabello

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Gilberto Waack Bueno, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala da câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 18 de outubro de 1978.

Cons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 08 de novembro de 1.978

- a) Cons. RENATO ALBERTO T. DI DIO - Vice-Presidente, no
exercício da Presidência.